



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de serviços especializados e continuados de operador de empilhadeira para o depósito do Almoxarifado da Justiça Eleitoral.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A contratação é motivada devido a impossibilidade de renovação do atual Contrato TRESC n. 77/2019, que tem como objeto a prestação de serviços continuados e especializados de operador de empilhadeira para o depósito do Almoxarifado. Estes serviços são necessários para a movimentação de carga, organização e ao gerenciamento dos bens em estoque, que permitem o bom desempenho nas atividades do TRE-SC. A sua execução indireta é recomendada pela conveniência econômica, bem como pelo fato de não abranger atribuições que figuram entre aquelas inerentes às especialidades constantes do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Objetiva-se auxiliar os trabalhos de fornecimento e armazenamento de materiais de consumo em estoque no Almoxarifado do TRE-SC, buscando suprir a demanda das requisições nos períodos ordinário e eleitoral.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none">• OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais• OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral• Organizar os pleitos eleitorais (eleições, plebiscitos e referendos)• Garantir infraestrutura e logística adequadas para prestação dos serviços à Sociedade

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os Estudos Preliminares foram inseridos no PAE n. 13.321/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista corresponde à demanda contratada e foi definida em observância à área física do imóvel para o armazenamento de materiais, os equipamentos e mobiliários disponíveis, a quantidade de produtos movimentados, recebidos, requisitados e estocados, conforme consignado na TABELA DE PRODUTIVIDADE (Anexo III deste Projeto Básico).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de serviços especializados e continuados de operador de empilhadeira no imóvel que abriga o depósito do Almoxarifado da Justiça Eleitoral, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça, SC, com as seguintes atribuições:

- a) operar empilhadeira elétrica e providenciar a recarga da bateria;
- b) auxiliar no recebimento e entrega de todo e qualquer material;
- c) carregar e descarregar veículos;
- d) efetuar o atendimento dos produtos requisitados pelas Unidades;
- e) separar e embalar em caixas as mercadorias para remessa;
- f) distribuir e recolher os materiais nos setores;
- g) movimentar os materiais com a devida segurança para a organização e manutenção do depósito; e
- h) conferir periodicamente os bens armazenados.

2.8. Serviços Adicionais

Diante de uma **eventual** demanda, superior à demanda prevista no Item 2.5 deste projeto básico, que implique o envolvimento de maior número de profissionais e/ou maior número de horas para sua execução, o Contratante poderá solicitar a prestação de **serviços adicionais**, na forma de **PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS**.

O **PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS** refere-se à produtividade de 01 (um) profissional durante 01 (uma) hora, para operar empilhadeira, bem como realizar as demais atividades relacionadas à distribuição, recebimento, guarda, atendimento e conferência de materiais.

O Contratante poderá solicitar um ou mais pacotes de serviços adicionais para um único dia, no entanto, informará com antecedência, os seus horários de execução.

Os pacotes de serviços adicionais serão requisitados à Contratada pela gestão do contrato, com antecedência mínima de 02 (duas) horas e poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados.

TABELA DE PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS	
PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS	PRODUTIVIDADE CORRESPONDENTE A 01 (UM) PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS
Operador de empilhadeira	Operar empilhadeira, organizar, distribuir, atender, receber e conferir materiais em estoque.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Não há possibilidade de parcelamento, considerando que se trata de contratação de objeto único.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado pelo menor preço e conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse na prestação dos serviços, nas condições estipuladas pelo contratante.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.12 Impacto Ambiental

Não serão necessárias adequações do ambiente. A contratada deverá executar os serviços em conformidade com a Política Ambiental do TRE-SC.

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não será necessária qualquer adequação.
Infraestrutura Elétrica	
Logística de Implantação	
Espaço Físico	
Mobiliário	
Impacto Ambiental	

2.13 Conformidade Técnica

A contratação deverá observar o cumprimento das exigências legais no que se refere às normas trabalhistas, previdenciárias e do fundo de garantia.

A mão de obra disponibilizada deverá possuir ensino fundamental II.

2.14 Obrigações da Proponente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os licitantes, caso julguem necessário, poderão realizar visita técnica no local da prestação dos serviços antes da apresentação da proposta, que deverá ser agendada previamente com a Seção de Almoxarifado e Patrimônio pelo telefone n. (48) 8826-0034, ou e-mail ccm-sap@tre-sc.jus.br.

2.15 Obrigações da Contratante

- A) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;
- B) Promover, através do seu representante, o Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou superior hierárquico, o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos. Anotando, na **Relação de Falhas do Instrumento de Medição de Resultado - IMR**, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados; e
- C) Disponibilizar instalações sanitárias e local para vestiários.

2.16 Obrigações da Contratada

2.16.1. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço adicional).

2.16.2. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

2.16.3. Apresentar, previamente, a relação dos empregados que serão colocados à disposição do TRE-SC, com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender às exigências estabelecidas pelo Contratante, que poderá recusar os que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho do serviço.

2.16.4. Suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Projeto Básico.

2.16.5. Apresentar seus empregados, para a execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente.

2.16.6. Fornecer uma vez ao ano para cada um de seus empregados uniforme completo no primeiro dia útil do início da vigência do contrato.

2.16.7. O uniforme deverá ser composto por 2 (duas) calças jeans azul-escuro, 4 (quatro) camisetas pólo de malha PV na cor branca (composição 67% poliéster e 33% viscose), 1 (uma) jaqueta em tecido microfibra peletizada, 5 (cinco) pares de meias na cor branca, 100% algodão e 1 (um) par de botinas reforçada de couro cano curto com solado de borracha na cor preta.

2.16.8. Responsabilizar-se pelos treinamentos, capacitações e instruções sobre Riscos de Acidentes no Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho, conforme normas regulamentadoras específicas.

2.16.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

2.16.10. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho.

2.16.11. Responder por qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiro ou ao Contratante.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.12. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

2.16.13. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

2.16.14. Para atender à demanda dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com, pelo menos, ensino fundamental II.

2.16.15. Realizar integralmente os serviços descritos neste Projeto Básico.

2.16.16. Executar os serviços adicionais solicitados pelo Contratante, iniciando a sua realização no prazo máximo de 2 (duas) horas após o pedido, consoante disposto no item 2.8 deste Projeto Básico.

2.16.17. Comprovar a quitação das obrigações trabalhistas.

2.16.18. Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Contratação de serviços especializados e continuados de operador de empilhadeira no imóvel que abriga o depósito do Almoxarifado da Justiça Eleitoral, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça, SC, com as seguintes atribuições:

- a) operar empilhadeira elétrica e providenciar a recarga da bateria;
- b) auxiliar no recebimento e entrega de todo e qualquer material;
- c) carregar e descarregar veículos;
- d) efetuar o atendimento dos produtos requisitados pelas Unidades;
- e) separar e embalar em caixas as mercadorias para remessa;
- f) distribuir e recolher os materiais nos setores;
- g) movimentar os materiais com a devida segurança para a organização e manutenção do depósito;
- e
- h) conferir periodicamente os bens armazenados.

A Tabela de Produtividade (Anexo III deste Projeto Básico) especifica as características do local onde serão prestados os serviços objeto desta contratação.

3.1.1 Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.2 Códigos SIASG

18783	Operador máquina – movimentação carga
-------	---------------------------------------

<https://www2.comprasnet.gov.br/siasgnet/public/pesquisarCatalogoServico.do?method=pesquisarServico>

3.1.3 Vigência

O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31/08/2023, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

O início da prestação dos serviços deve se dar em 5 (cinco) dias úteis após autorização da Seção de Almoxarifado e Patrimônio.

Florianópolis, em 13 de julho de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O acompanhamento e a gestão do contrato dos serviços de operador de empilhadeira, deverão ser efetuados pelo titular da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

O titular da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ficará responsável pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, na Relação de Falhas do **Instrumento de Medição de Resultado - IMR**, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Material procederá o encaminhamento do contrato à parte contratada; a publicação do Contrato no *site* do TRESC; a informação à unidade demandante, do Gestor da Contratação e demais partes interessadas.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

1.2.1. A prestação dos serviços deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após autorização da Seção de Almoxarifado e Patrimônio.

1.2.2. Os serviços serão prestados no endereço do imóvel do Almoxarifado, informado na **Tabela de Produtividade** (Anexo III deste Projeto Básico).

1.2.3. Os horários de prestação dos serviços dos operadores de empilhadeira estão indicados na TABELA DE PRODUTIVIDADE (Anexo III deste Projeto Básico).

1.2.4. Eventualmente, poderão ser realizados serviços em horas suplementares, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme Item 2.8 deste Projeto Básico (**Pacotes de Serviços Adicionais**).

1.2.5. Os serviços serão considerados executados com a qualidade mínima exigida desde que atendam, NO QUE COUBER, à seguinte **Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução**.

Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução
DIARIAMENTE
Operar empilhadeira elétrica, paleteira manual hidráulica e carrinhos de transporte, a fim de movimentar os materiais armazenados em estoque, bem como no atendimento das guias de remessa, no recebimento e distribuição de material e na conferência diária.
Checar o nível de carga da bateria da empilhadeira elétrica e, sempre que necessário, providenciar a sua recarga, observando as recomendações do fabricante e as normas de segurança.
Atender as requisições de materiais, anotando em ficha de prateleira a quantidade fornecida.
Conferir e embalar os materiais requisitados em caixas apropriadas, de forma a prevenir que não sejam danificados pelo transporte.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

SEMANALMENTE
Distribuir os materiais atendidos pelo Almoxarifado no prédio Sede do TRE-SC, prédios Anexos I e II, Depósito de Multiuso em Palhoça e Cartórios Eleitorais de São José e Florianópolis.
MENSALMENTE
Operar empilhadeira elétrica, paleteira manual hidráulica e carrinhos de transporte objetivando reorganizar internamente a área de armazenamento.
Efetuar a conferência física de todo o material estocado.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa declarada vencedora do certame.

Para fins de solicitação de pacotes de serviços adicionais (Item 2.8 deste Projeto Básico) e de acompanhamento e avaliação dos serviços (“**Relatório IMR**”, Anexo II deste Projeto Básico), o TRE-SC valer-se-á de encaminhamentos de e-mails e contato telefônico junto à Contratada. O modelo de Relatório **IMR** consta do Anexo II deste Projeto Básico.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Responderá pelo acompanhamento e a gestão da contratação o titular da Chefia da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

O preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico se refere à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado.

O gestor do contrato ficará responsável pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, na Relação de Falhas do **Instrumento de Medição de Resultado - IMR**, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.

Tais ajustes visam:

- 1) assegurar ao CONTRATANTE o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas neste projeto básico; e
- 2) aplicar a dedução no pagamento à CONTRATADA quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA até o dia 7 (sete) do mês seguinte o “**Relatório do Instrumento de Medição de Resultado - IMR**”, que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
 - Número do Contrato;
 - Partes Contratuais;
 - Síntese do objeto;
 - Relação de falhas;
 - Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993

1.7. Pagamento

O pagamento mensal será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

De acordo com a **mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços (Relatório IMR – Anexo II)**, a Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a uma das cinco faixas:

Faixa 01 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços

Faixa 02 – Fator de Aceitação de 01 a 25: 95% de avaliação dos serviços

Faixa 03 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços

Faixa 04 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços

Faixa 05 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias em favor da contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Caberá à contratada selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os funcionários deverão ter a habilidade e a capacidade necessárias para o desempenho das atribuições da Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução, conforme descrito no item 1.2.5 deste Plano de Fiscalização.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor mensal do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor mensal do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades, em função das infrações elencadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Interrupção dos serviços por 1 (um) dia no mês por ausência de colaborador.	LEVE	Por ocorrência.
	Interrupção dos serviços por 2 (dois) dias no mês por ausência de colaborador.	MÉDIA	Por ocorrência.
2	Interrupção dos serviços por 2 (dois) dias na semana ou 3 (três) dias no mês por ausência de colaborador.	GRAVE	Por ocorrência.
3	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
4	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato;

b) no caso de inexecução parcial, com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4.1. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “d” do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.4 exaure-se a esfera administrativa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Instrumento de Medição de Resultado - IMR

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

1 Relação de falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços de operador de empilhadeira, inclusive na prestação dos serviços adicionais

Os serviços objeto deste Projeto Básico serão constantemente avaliados pelos representantes do CONTRATANTE, que assinalarão as falhas na “**RELAÇÃO DE FALHAS**”, conforme modelo.

SERVIÇO: _____
MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências:

RELAÇÃO DE FALHAS	
FALHA 1	Deixar de utilizar o uniforme, uso de uniforme incompleto ou uniforme excessivamente danificado/sujo.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
OBSERVAÇÃO: No caso de serviços executados por mais de um funcionário, a quantidade de falha registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem num mesmo dia.	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 2	Falta de atenção, urbanidade e cordialidade no trato com os servidores da Justiça Eleitoral.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 3	Inobservância da rotina ou da metodologia da prestação dos serviços que impliquem em erros de atendimento e no armazenamento de materiais.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.

Data da ocorrência	Descrição sintética

FALHA 4	Falta de zelo na utilização dos equipamentos (empilhadeira elétrica, paleteiras manuais e carrinho de transporte) quando da movimentação de materiais.
----------------	--

AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
-----------------	---

OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.

Data da ocorrência	Descrição sintética

FALHA 5	Recusa na execução de serviço determinado pela chefia imediata, por serviço e por dia.
----------------	--

AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
-----------------	---

OBSERVAÇÃO: Os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.

A comunicação ao gestor poderá ser feita mediante correspondência eletrônica.

Data da ocorrência	Descrição sintética

Instruções de preenchimento:

- Na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao registro no(s) item(ns) específico(s), indicando-se sinteticamente o dia e o fato gerador.

Tabela de efeitos remuneratórios (Fator de aceitação)

Falha	1	2	3	4	5	FATOR DE ACEITAÇÃO (TOTAL DA LINHA NÚMERO CORRIGIDO)
Total de ocorrências						
Tolerância (-)	1	0	1	0	0	
Excesso falhas (=)						
Peso (X)	5	12	8	16	18	
Número corrigido (somar)						

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Instruções de preenchimento:

- As falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS.
- Após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”.
- Encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “PESO” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”.
- Por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, o “FATOR DE ACEITAÇÃO”.

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de limpeza

Faixa 01 – Fator de Aceitação **TOTAL**: 100% de avaliação dos serviços

Faixa 02 – Fator de Aceitação de **01 a 25**: 95% de avaliação dos serviços

Faixa 03 – Fator de Aceitação de **26 a 50**: 90% de avaliação dos serviços

Faixa 04 – Fator de Aceitação de **51 a 75**: 85% de avaliação dos serviços

Faixa 05 – Fator de Aceitação de **76 a 100** ou > de 100: **80%** de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato

Observação: A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III - TABELA DE PRODUTIVIDADE

Depósito do Almoxarifado da Justiça Eleitoral	
Endereço: Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC.	
Contato: almoxarifado@tre-sc.jus.br ou ccm-sap@tre-sc.jus.br Telefones: (48) 8826-0034 ou 3251-3826	
Quantidade estimada de profissionais: 02 (dois) profissionais com a função de operar empilhadeira elétrica, bem como exercer as atividades relacionadas ao recebimento, armazenamento, atendimento e distribuição de materiais em estoque.	
Horário de prestação dos serviços: de segunda a sexta-feira, com início às 10h e término às 19h.	
Características do local de realização dos serviços: imóvel em alvenaria, tipo galpão, com área interna de, aproximadamente, 840 m2.	
Outros elementos a serem considerados: os serviços atenderão à necessidade de apoio na movimentação de carga e atendimento de materiais de consumo para todas as Unidades da Justiça Eleitoral. Equipamentos a serem utilizados: 1 (uma) empilhadeira elétrica com capacidade de 1.200Kg, torre duplex com elevação até 3,5m; 2 (dois) carrinhos tipo pallet manual, hidráulico, com capacidade de 2 mil kg; 3 (três) carrinhos para transporte de material com capacidade de 160 litros e 1 (um) carrinho de carga com duas rodas e capacidade de 200Kg.	

Descrição do serviço	Demanda aproximada de serviço das 10h às 19h - dois profissionais		Demanda convertida em horas/dias
	Dados considerados no cálculo	Média dos exercícios de 2020 e 2021	
Operar empilhadeira e auxiliar no atendimento das requisições de material. Requisitos funcionais considerados: (a), (c), (d), (e), (f) e (j).	Quantidade de requisições atendidas às Unidades do TRE e Zonas Eleitorais.	1.263	10
	Quantidade de caixas embaladas para remessa pelos Correios e distribuídas para o TRE.	8.500	
	Quantidade de materiais movimentados de estantes e paletes com a respectiva anotação em fichas de prateleira.	437.940	



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Operar empilhadeira no carregamento e recebimento de material, bem como efetuar a guarda em local apropriado. Requisitos funcionais considerados: (a), (b), (c), (d) e (g).	Quantidade de entregas de material no depósito do Almoxarifado.	70	2
Auxiliar na contagem física dos materiais em estoque e operar empilhadeira buscando reorganizar internamente os bens armazenados. Requisitos funcionais considerados: (a), (c), (g), (h) e (i).	Quantidade de itens estocados no depósito do Almoxarifado, dispostos em 191 paletes e 169 estantes.	309 itens	4
	Valor total dos bens armazenados no depósito do Almoxarifado.	R\$ 1.268.331,96 (valor em 07/2022)	
	Quantidade em metros quadrados de área disponível para estoque de material.	840 m2	
NECESSIDADE ESTIMADA DE HORAS DE SERVIÇO/DIA			16



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PLANO DE TRABALHO

1 Objeto da Contratação

Contratação de serviços especializados e continuados de operador de empilhadeira elétrica para o depósito do Almoxarifado do TRE-SC.

2 Equipe de Planejamento

Integrante Demandante	Robson Luiz Soares da Conceição
Substituto	Eduardo Luis Favero Arend
Integrante Técnico	Robson Luiz Soares da Conceição
Substituto	Eduardo Luis Favero Arend
Integrante Administrativo	Beatriz Scharf Baracuhy
Substituto	Simone Resquetti Tarifa dos Santos

3 Necessidade / Motivação

O depósito do Almoxarifado do TRE-SC encontra-se instalado no imóvel multiuso, localizado no município de Palhoça, SC, e ocupa uma área de, aproximadamente, 840 metros quadrados. Neste local, há cerca de 309 materiais de consumo armazenados, dispostos em 169 estantes e 191 paletes.

Tal estrutura possibilita o fornecimento continuado de materiais que são requisitados periodicamente por 160 Unidades.

Entretanto, para manter esse atendimento é necessária mão de obra especializada para operar empilhadeira elétrica, movimentar materiais para a manutenção do estoque, deslocar diversos volumes no ato do recebimento, separar e preparar os itens requisitados, entre outras atividades.

Diante disso, considerando a impossibilidade da prorrogação do Contrato TRESC n. 77/2019, cuja vigência irá expirar em 31 de agosto de 2022, é necessária nova contratação de pessoal para a continuidade da prestação dos serviços.

4 Justificativa

Os serviços especializados de operador de empilhadeira são necessários à movimentação de carga, organização e ao gerenciamento dos bens em estoque no depósito do Almoxarifado, permitindo o bom desempenho nas atividades do TRE-SC.

5 Valor Estimado

O custo mensal total estimado para uma nova contratação tem como referência o atual Contrato TRESC n. 77/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de operador de empilhadeira, com valor mensal praticado de R\$ 10.738,51.

6 Demanda Prevista e Quantidade a ser Contratada



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A demanda prevista corresponde à demanda contratada e foi definida em observância à área física do imóvel para o armazenamento de materiais, os equipamentos e mobiliários disponíveis, a quantidade de produtos movimentados, recebidos, requisitados e estocados.

No ano de 2020 foram atendidas 935 requisições pelo Almoxarifado. Juntamente com o envio dos materiais de eleição e dos equipamentos de proteção individual para a COVID-19, cerca de 852 mil itens foram retirados de estantes e paletes com a respectiva anotação em ficha. Para essa finalidade, houve a preparação, embalagem e remessa de 14 mil caixas, que foram despachadas para as unidades requisitantes do TRE, Postos, Centrais de Atendimento e Zonas Eleitorais.

No ano seguinte, não eleitoral, houve o atendimento de 1.591 requisições, com a remessa de 23.881 materiais do estoque.

Assim, para melhorar a produtividade nas tarefas relacionadas com a movimentação de carga e as condições de trabalho, é essencial a utilização de equipamento elétrico e pessoal qualificado para atendimento.

Diante o exposto, sugere-se a contratação de dois profissionais para operar empilhadeira elétrica, de acordo com as atribuições definidas no Projeto Básico (Caracterização e Composição do Objeto, subitem 2.7).

7 Resultados e Benefícios Esperados

Por meio desta contratação será possível auxiliar os trabalhos de fornecimento e armazenamento de materiais de consumo no depósito do Almoxarifado, buscando suprir a demanda das requisições nos períodos ordinário e eleitoral.